



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9217451/2018-CAOP/DIREX/PF

Processo nº 08211.001495/2017-77

**LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6429794/2018-CAOP/DIREX/PF**

## 1. DO OBJETO

1.1 Contratação de Escola Homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para ministrar curso de formação de pilotos visando a qualificação **de 8 (oito)** Policiais Federais para a obtenção de Licença de Piloto Privado de Avião (PPA) de acordo com Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC– nº 61, RBAC-141 e MMA 58-3/2004 e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Item | Descrição/Especificação   | Quant. Pilotos | Valor médio para 01 piloto | Valor médio por item |
|------|---|----------------|----------------------------|----------------------|
| 01   | Curso <u>teórico</u> de piloto privado de avião - PPA, de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e conforme a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica. | 8              | R\$ 1.907,37               | R\$ 15.258,93        |
| 02   | Curso <u>prático</u> de piloto privado de avião - PPA, de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras e conforme a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica. | 8              | R\$ 26.602,17              | R\$ 212.817,40       |

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Necessidade da contratação do serviço

2.1.1. A Polícia Federal, por meio da Coordenação de Aviação Operacional (CAOP), opera 5 (cinco) aeronaves, sejam elas, 2 (dois) EMBRAER ERJ-145, 1 (um) King Air 350i e 2 (dois) Grand Caravan C-208B. Essas aeronaves possibilitam diversas aplicações nas operações policiais em todo o território nacional.

2.1.2. Dar continuidade à formação de pessoal técnico, especializado na área de aviação, para a manutenção e garantia da capacidade operacional, por meio da complementação, via seleção de policiais para compor o quadro de pilotos da Coordenação de Aviação Operacional - CAOP/DIREX/PF. A habilitação técnica de Piloto Privado de Avião (PPA) é um dos primeiros passos para tal objetivo.

### 2.2. Dos benefícios diretos e indiretos da contratação

2.2.1. A CAOP participa diretamente de grandes operações realizadas no Brasil, prestando apoio aéreo a segurança pública, por isso, faz-se necessária a devida proficiência na prestação deste serviço. Um dos vetores para se obter tal proficiência é justamente a formação adequada para utilização plena dos recursos disponíveis na frota de aviões da Polícia Federal.

2.2.2. **Benefício direto.** Com a formação, a polícia inicia um processo que possibilitará contar com um efetivo de pilotos capazes de tripular as aeronaves pertencentes a Polícia Federal e manter a capacidade operacional de voo.

2.2.2.3 **Benefício indireto.** A contratação desta formação destina-se a suprir às necessidades desta Coordenação para atender as funções estratégicas durante as diversas missões a serem executadas pela Polícia Federal.

### 2.3. Da quantidade de servidores

2.3.1. Para manter um nível adequado de operacionalidade, a Coordenação de Aviação Operacional, necessita recompor o quadro de pilotos que diminuiu nos últimos anos por motivos como aposentadoria e outros.

2.3.2. O quadro atual conta apenas com 12 (doze) pilotos habilitados.

2.3.3. A instituição possui 5 (cinco) aeronaves, sendo que, para cada uma é necessário uma tripulação mínima de 2 (dois) pilotos. O quantitativo de 2 (duas) tripulações, ou seja, 04 (quatro) pilotos por aeronave preenche o requisito mínimo de disponibilidade irrestrita da aeronave considerando fatores como descanso entre jornadas, férias e licenças. Assim, considerando 2(duas) tripulações por aeronave, temos um total de 20 (vinte) pilotos. O efetivo atual de 12 (doze) pilotos demonstra uma defasagem 08 (oito) pilotos de avião que serão formados por meio da contratação pretendida por este TR.

2.3.4. Consta em processo SEI 08211.000762/2017-99 processo de recrutamento para a reposição dos quadros de pilotos da unidade, cuja finalização está prevista para o 1o semestre de 2018.

## 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3.1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.1.1.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

### 4.1.1. Curso Teórico de Piloto Privado de Avião (PPA) - Item 01

4.1.1.1. O curso teórico deverá ser na plataforma de Ensino a Distância (EAD) desde que homologado pela ANAC, com carga horária de **no mínimo 270 (duzentos e setenta)** horas, em conformidade com o RBAC nº 61 (ANAC), RBAC 141, com a Grade Curricular e com o Plano de Matérias do Manual de Curso de Piloto Privado de Avião publicado pelo Comando da Aeronáutica MCA 58-3/2004.

4.1.1.2. A escolha pela modalidade da **plataforma de Ensino a Distância (EAD)** se deu pois representa economia de custo para a administração no que se refere a diárias e deslocamento de servidor. Além do fato que os cursos EAD não necessitam de um número mínimo de aluno para o início da atividade, adequando assim às necessidades específicas do órgão.

4.1.1.3. O curso deve estar disponível para os alunos a partir da assinatura do contrato e estar disponível por, pelo menos 180 dias, para cada aluno, a partir do primeiro acesso realizado na plataforma específica para tal.

4.1.1.3.1. A data de início do curso poderá ser diferente para cada aluno dentro do período de vigência contratual.

4.1.1.4. Qualquer prova do curso que tenha necessidade de ser presencial deve ser realizada na cidade de Brasília-DF.

4.1.1.5. A contratada deverá fornecer todo o material individual necessário à execução dos cursos teóricos incluindo, no mínimo:

a) Material didático (apostilas, cartas, livros que sejam necessários, podendo ser em plataforma digital e disponível para download) de todas as disciplinas (Regulamentos de Tráfego Aéreo, Teoria de Voo, Conhecimentos Técnicos, Meteorologia e Navegação);

b) Por se tratar de Curso na modalidade de Ensino a Distância - EAD, a CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de tutoria ou monitoria destinado a esclarecimento de dúvidas, durante todo o período do curso;

c) Computador de voo para auxiliar nos cálculos de navegação;

#### **4.1.2. Curso Prático de Piloto Privado de Avião (PPA) - Item 02**

4.1.2.1. O curso prático Piloto Privado de Avião deverá ser **homologado pela ANAC** e, por questão de logística, poderá ser realizado fora de Brasília-DF, uma vez que a evolução do curso prático depende de maior estrutura e disponibilidade de aeronaves.

4.1.2.2. Deverá estar em conformidade com o RBAC nº 61, SUBPARTE D – Licença de Piloto Privado (ANEXO), do RBAC nº 141 e supletivamente com o Manual de Curso de Piloto Privado de Avião MCA 58-3/2004 abrangendo pelo menos os seguintes aspectos:

4.1.2.3. Curso teórico (*GroundSchool*) relativo à aeronave a ser utilizada na instrução, ministrado aos pilotos indicados e destinado à familiarização com a aeronave a ser empregada no treinamento de voo, devendo envolver o estudo dos sistemas e componentes da aeronave tais como: estrutura, motorização, sistema elétrico, sistema de combustível, sistema de lubrificação, rotores, transmissão, comandos de voo, painel de instrumentos, procedimentos normais, anormais e de emergência previstos e aspectos relativos ao seu manual de voo.

4.1.2.4. Realização de **45 (quarenta) horas de voo** por policial aluno incluindo as de cheque. As horas totais devem incluir, pelo menos:

a) 20 (vinte) horas de instrução duplo comando;

b) 10 (dez) horas de voo solo diurno no avião apropriado para a habilitação de classe para obter a habilitação, incluindo 5 (cinco) horas de voo de navegação;

c) 1 (um) voo de navegação de, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) milhas náuticas, equivalentes a 270 (duzentos e setenta) quilômetros durante o qual se realizem, ao menos, 2 (duas) aterrissagens completas em aeródromos diferentes;

d) 3 (três) horas de instrução em voo noturno, que incluam 10 (dez) decolagens e 10 (dez) aterrissagens completas, onde cada aterrissagem envolverá um voo no circuito de tráfego do aeródromo;

e) 02 (duas) horas de voo para a realização de voo de check da ANAC, em aeronave mono-motora, motor a pistão e homologada para voo de instrução.

f) Ao final do treinamento os Pilotos deverão possuir as marcas previstas para a realização de voo de cheque e serem capazes de demonstrar capacidade para executar os procedimentos e manobras especificados com grau de competência apropriado às prerrogativas que a licença confere ao seu detentor, e para:

g) Operar a aeronave dentro de suas limitações de emprego;

h) Executar todas as manobras com suavidade e precisão;

i) Revelar bom julgamento e aptidão de pilotagem;

j) Aplicar os conhecimentos aeronáuticos; e;

k) Controlar a aeronave durante todo o tempo de voo, de modo que não ocorram dúvidas quanto ao êxito de algum procedimento ou manobra.

4.1.2.5. A data de início do curso para cada aluno será estabelecida pela CONTRATANTE em conjunto com a CONTRATADA.

4.1.2.6. A partir da data de início do curso pelo aluno policial, a CONTRATADA deverá realizar programação para conclusão das 45 horas de voo previstas em até 90 dias corridos.

4.1.2.7. Todas as aeronaves da PF possuem como característica o trem de pouso do tipo tricilo. Para aprimorar o aprendizado e permitir uma melhor preparação dos servidores, o treinamento prático a ser contratado deverá ser realizado também em aeronave do tipo triciclo e não do tipo convencional;

4.1.2.8. A Contratada deverá apresentar cronograma detalhado do treinamento contendo os dados relativos a cada voo, bem como a escala de pilotos;

4.1.2.9. Os voos em Aviões operados pela Contratada serão realizados integralmente em aeronaves homologadas pela ANAC para execução da instrução contratada.

4.1.2.10. Para cada voo serão efetuadas duas sessões de comentários do instrutor para com o aluno: uma anterior, prospectiva dos procedimentos e manobras a serem treinadas e outra posterior à execução, retrospectiva, que visa debater o treinamento efetivado, denominadas, respectivamente, de *Briefing* e *Debriefing*;

4.1.2.11. No tocante a itens omissos ou não detalhados deste termo, deve-se seguir a orientação nos termos do Manual do Curso de Piloto Privado - Avião (MCA 58-3/2004) e do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC –nº 61, Manuais de Cursos ou Regulamentos ou instruções posteriores.

## 5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Para a proposta do item 01 (Curso teórico de piloto privado de avião - PPA), as propostas deverão conter a discriminação das matérias com sua respectiva carga horária, tempo mínimo de conclusão, valores dos materiais didáticos e outros, de acordo com o item 4.1.1

5.2. Para a proposta do item 02 (Curso prático de piloto privado de avião - PPA), as propostas deverão conter a discriminação das horas de voo por aeronave, incluindo as horas de cheque de equipamento ANAC, valores dos materiais didáticos e outros, de acordo com o item 4.1.2

5.3. A proposta deverá ser identificada com a razão social e encaminhada preferencialmente, em papel timbrado do licitante, contendo os seguintes itens:

a) Nome do representante legal da empresa;

b) Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o unitário, e entre o expresso em algarismo e por extenso, o último.

c) Prazo de vencimento da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

5.4. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

5.5. A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste termo de referência, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

## 6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. O serviço será prestado por unidade, com a emissão do respectivo certificado após o curso para o item 01, aptos ao registro nos órgãos de controles e emissão das permissões definidas no Termo de Referência;

6.1.2. O serviço compreende curso com a carga horária mínima de 270 horas para o item 01 e 45 horas de voo para o item 02, vedada a redução do quantitativo estabelecido bem como a remuneração por horas excedentes;

6.1.3. O curso deverá proporcionar os conhecimentos exigidos para a execução das atividades correspondentes à certificação, individualmente, conforme valor unitário contratado;

6.1.4. Cada participante informará o cumprimento da carga horária mínima exigida, tanto a teórica como a prática, além da adequação dos equipamentos utilizados, para fins de aferição dos serviços prestados

6.1.5. Não há como prever níveis de desconformidade dos serviços contratados, devido os padrões estarem no limite para a certificação dos participantes, conforme determinação da ANAC;

6.2. O recebimento dos serviços prestados será responsabilidade do Fiscal do Contrato, a ser indicado pelo Coordenador de Aviação Operacional da PF.

6.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.5. Os serviços serão recebidos definitivamente com a conclusão dos cursos teóricos ou prático, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, dentro do prazo de validade do contrato.

6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

## 7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

7.1. Conforme previsto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC – nº 61 e Manual de Curso de Piloto Privado de Avião MCA 58-3/2004, a empresa, antes da assinatura do contrato, deverá comprovar que:

7.1.1. Possui registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma que fique comprovado o seu vínculo com a atividade aeronáutica e apresentar documentos comprovando estar autorizada pela autoridade aeronáutica para ministrar o treinamento contratado;

7.1.2. Possuir ou operar aeronave homologada para realização de voo compatível com a instrução contratada.

7.1.3. Nos casos em que a Contratada seja a representante no Brasil de outra empresa, comprovar autorização da representada para a contratação dos serviços;

7.1.4. Apresentar, no mínimo, um atestado de capacidade técnica ou declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que executou ou está executando adequadamente os serviços constantes no Termo de Referência.

7.1.5. A escola deverá ter um quadro de, no mínimo, 04 (quatro) instrutores, para garantir que não haja interrupções das aulas ministradas, tanto práticas quanto teóricas, evitando-se, assim, a perda de qualidade da instrução.

7.1.6. Comprovação à época da assinatura do contrato, de ser exploradora, e/ou proprietária de, no mínimo, **03 (três) aeronaves com trem de pouso do tipo triciclo**, devidamente registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro – RAB como aeronave de instrução, e com seguros vigentes e aeronavegáveis.

7.1.7. Possuir homologação válida como escola ou centro de treinamento para o fornecimento dos cursos teórico e prático de piloto privado de avião, segundo os requisitos do RBAC 141.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Por se tratar de contratação de serviço na modalidade de curso, os servidores serão indicados pela Coordenação da CAOP/DIREX/PF, em um total de 08 candidatos.

8.2. A primeira etapa consiste na realização do curso teórico a ser fornecido pela Empresa arrematadora do item 01. Após a realização do curso teórico pelo servidor indicado, o pagamento será realizado após a respectiva emissão do certificado de conclusão. O pagamento poderá ser realizado após a conclusão de cada aluno ou grupo de alunos, após a emissão da nota discriminada do serviço.

8.3. O candidato que possuir habilitação teórica de Piloto Privado (após a conclusão da parte teórica, item 8.2) poderá iniciar a parte prática a ser fornecido pela Empresa arrematadora do item 02. Após a conclusão do curso prático pelo servidor indicado, o pagamento será realizado após a respectiva emissão da habilitação de Piloto Privado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O pagamento poderá

ser realizado após a conclusão de cada aluno ou grupo de alunos, após a emissão da nota discriminada do serviço.

8.4. A gestão do contrato ocorrerá pelo referido fiscal e gestor do contrato no decorrer do fornecimento dos serviços (cursos), aplicando os limites da Lei 8.666/90, de acordo com os contantes no termo deste instrumento.

8.5. Os pagamentos serão efetuados pelo somatório unitário da quantidade de cursos executados integralmente, independentemente da quantidade contratada;

8.6. Devido à necessidade de conclusão do curso com os critérios mínimos estabelecidos, não haverá previsão de pagamento proporcional, salvo alguma sanção administrativa aplicada;

8.6.1. Considera-se entre a possibilidade de sanção, glosa decorrente de atrasos da contratada, gerando ônus ou prejuízo à Administração Pública, conforme critérios estabelecidos no item referente às sanções administrativas.

8.6.2. A garantia de execução contratual será prestada conforme Minuta Contratual.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

**9.1.1. Para o Curso Teórico de Piloto Privado de Avião (PPA) - Item 01**, a contratada deverá fornecer todo o material individual necessário à execução dos cursos teóricos e práticos incluindo, no mínimo:

- a) Material didático (apostilas, cartas, livros que sejam necessários, podendo ser em plataforma digital e disponível para download) de todas as disciplinas (Regulamentos de Tráfego Aéreo, Teoria de Voo, Conhecimentos Técnicos, Meteorologia e Navegação);
- b) Por se tratar de Curso na modalidade de Ensino a Distância - EAD, a CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de tutoria ou monitoria destinado a esclarecimento de dúvidas, durante todo o período do curso;
- c) Computador de voo para auxiliar nos cálculos de navegação;

**9.1.2. Para Curso Prático de Piloto Privado de Avião (PPA) - Item 02**, a contratada deverá fornecer todo o material individual necessário à execução incluindo, no mínimo:

- a) Material didático em meio físico e mídia digital em PDF (apostilas, manuais das aeronaves, cartas de aviação, e outros materiais de estudos pertinentes à fase prática);
- b) Uniforme padronizado, caso a Empresa contratada exija a uniformização dos seus alunos;
- c) Durante a realização do curso disponibilizar uma Aeronave com trem de pouso do tipo triciclo, devidamente registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro – RAB como aeronave de instrução, e com seguros vigentes e aeronavegáveis.
- d) Instrutor habilitado e registrado na ANAC.
- e) Acesso a equipamento (computador, tablet ou Smartphone) com acesso a Internet para que seja realizado o planejamento do voo (verificação de NOTAM, meteorologia e etc.) e plano de voo.

## **10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1. A execução dos serviços será iniciada após a publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União, devendo a Contratada aguardar a indicação dos policiais designados para o curso, que serão apresentados através de comunicação oficial emitida pela Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/DPF.

10.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado desde que ocorra alguns motivos elencados no art. 57, § 1º da lei 8.666/93.

10.3. A execução dos serviços será realizada na forma que segue:

10.3.1. O curso teórico referente ao item 01 deste instrumento terá duração mínima de 270 horas, a ser ministrado 100% de forma online na modalidade EAD, podendo ocorrer de forma presencial a prova final para avaliação de conhecimento;

10.3.2. O curso prático referente ao item 02 deste instrumento terá duração mínima de 45 horas em aeronave homologada para instrução, a ser ministrado 100% de forma presencial, com inclusão de tempo para o briefing e debriefing de cada voo realizado;

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Informar através de Notificação Oficial os policiais designados como participantes do curso de treinamento;

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

- 12.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.17. Os serviços deverão ser efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como de toda legislação aplicável;
- 12.18. A Contratada deverá disponibilizar um checador homologado para realização dos procedimentos de cheque de equipamento realizados pelos pilotos no final do treinamento. O custo com o checador é de responsabilidade da Contratada.
- 12.19. Apresentar toda a documentação necessária à ANAC para a realização do cheque inicial dos pilotos.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
- 15.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção



das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.11. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.12. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.13. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Coordenador da CAOP, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

15.17. O atesto das Notas Fiscais/Faturas relativas aos serviços executados caberá ao fiscal, titular ou substituto, designado e, em caso de impedimento, ao Coordenador da CAOP.

## **16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. Os serviços serão recebidos definitivamente após a conclusão do curso teórico (com a devida emissão dos certificados de conclusão) e do curso prático (após emissão da habilitação de Piloto Privado pela ANAC), após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.2. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.4. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 16.6. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

16.6.1. O Curso teórico de Piloto Privado de Avião deve ser na plataforma de Ensino a Distância (EAD), desde que homologado, pois representa economia de custo para a administração no que se refere a diárias e deslocamento de servidor.

16.6.2. O curso prático, por questão de logística, poderá ser realizado fora de Brasília-DF, uma vez que a evolução do curso prático depende de maior estrutura e disponibilidade de aeronaves.

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

17.1.5. cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**17.2.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

### 17.2.2 Multa de:

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA                       |
|------|---------------------------------------|
| 1    | 0,2% ao dia sobre o valor do contrato |
| 2    | 0,4% ao dia sobre o valor do contrato |
| 3    | 0,8% ao dia sobre o valor do contrato |
| 4    | 1,6% ao dia sobre o valor do contrato |
| 5    | 3,2% ao dia sobre o valor do contrato |

**Tabela 2**

| INFRAÇÃO                                  |  |      |
|---|--|------|
| ITEM                                      | DESCRIÇÃO  | GRAU |
| 1   | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;  | 05   |
| 2   | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;  | 04   |
| 3   | Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;  | 03   |
| 4   | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;  | 02   |
| <b>Para os itens a seguir, deixar de:</b> |  |      |
| 5   | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;   | 02   |
| 6   | Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;   | 01   |
| 7   | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03   |
| 8   | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;   | 01   |
| 9   | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA   | 01   |

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 18. ANEXOS

18.1. Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 61 (RBAC 61) - ANAC: Sei Nº 6865080

18.2. Manual de Curso de Piloto Privado de Avião MCA 58-3/2004 - SEI 6865397

**Elaborado por:**

**PEDRO CEZAR DE VASCONCELLOS CZARNIK**

Escrivão de Polícia Federal  
CAOP/DIREX/PF

De acordo:

**JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC**

Delegado de Polícia Federal  
Coordenador de Aviação Operacional

**APROVAÇÃO:** Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

**SILVANA HELENA VIEIRA BORGES**

Delegada de Polícia Federal  
Diretora Executiva



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CEZAR DE VASCONCELLOS CZARNIK, Escrivão (ã) de Polícia Federal**, em 07/12/2018, às 07:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC, Coordenador(a)**, em 07/12/2018, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVANA HELENA VIEIRA BORGES, Diretora Executiva**, em 10/12/2018, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9217451** e o código CRC **15F2EF34**.